

# Igreja, Ações Afirmativas e Políticas de Cidadania

Luiz Vergílio Batista da Rosa<sup>1</sup>

## Introdução

Há 112 anos passados, nosso País vivia sob um regime de organização politico-econômico-social baseado em um trinômio: latifúndio, monocultura para exportação e trabalho escravo. Estes elementos são fundantes de nossa organização social, do estabelecimento das relações interétnicas, da distribuição do trabalho, da posse e exercício do poder institucional.

Contudo, fatores determinantes deste modelo de organização de Estado têm suas raízes assentadas sobre bases históricas mais antigas e que serviram e ainda servem para justificar, ideologicamente, a matriz de todo o processo de subjugação humana: o racismo e a escravidão.

Desde a metade do século XV, o etnocentrismo europeu, através do expansionismo colonial, estabeleceu relações civilizatórias marcadas pela subjugação e extermínio dos habitantes “das terras a serem descobertas e dos povos a serem civilizados”. Este processo “civilizatório” é herdeiro do mesmo espírito ideológico das Cruzadas, cuja expressão nada mais foi do que um encontro de dominação cultural. Assim, a eliminação do ser humano considerado *diferente*, logo inferior, teve, evidentemente, o caráter de apropriação de seus bens culturais e materiais, ou seja, do seu capital humano.

Assim, considerando que as marcas de uma sociedade de mentalidade

escravocrata estão muito latentes em nossa consciência coletiva brasileira, aflorando, de forma dissimulada em indicadores socioeconômico-educacionais, dar visibilidade a essas questões significa romper com o ritual da negação do racismo à brasileira, do mito da democracia racial, possibilitando formas de enfrentamento e de superação desta realidade.

## Racismo à brasileira

A chamada escravidão moderna africana teve como componente ideológico o racismo. Ou seja, ela se fundamentou na afirmação da superioridade padrão racial/étnica branca. Assim, quanto mais distante do padrão de referência, mais se reforça a noção de inferioridade. Por esta razão, a discriminação racial/étnica, em nosso meio, segue a variável “linha de cor da pele”. É necessário lembrar que o censo do IBGE, de 1980, registrou 136 itens relacionados à cor da pele.

Ao reafirmarmos que a nossa organização social se estruturou com base no trinômio latifúndio, monocultura e escravidão, temos o dado da estratificação social decorrente, cujas bases não se modificaram, ainda nos dias de hoje, substancialmente. A partir da condição escrava perpetuou-se o lugar social da população negra: exclusão dos bens produzidos e não inclusão em políticas públicas de um Estado republicano emergente.

Logo, estabelece-se um conjunto de representações sociais sobre os negros(as) com base em pressupostos da ideologia da inferioridade racial e da tendência natural às atividades que exigem força ou habilidade física, portanto, com menor potencial reflexivo e organizativo. Como as representações sociais são noções que se estabelecem por discursos produzidos, como forma de construção política e instituidoras de significados ligados às relações de poder, as ações e políticas públicas seguirão o curso dos segmentos com prestígio social e reconhecimento de cidadania.

Deste modo, é preciso considerar que a sociedade brasileira e o Estado constituem-se com base nestas concepções, concebendo e elaborando políticas com base em mentalidade de representação escravocrata.

Portanto, a comunidade negra brasileira tem uma longa história de negação de direitos e de condições de exercício de inserção cidadã. Passou da exploração do liberalismo capitalista à exclusão do modelo neoliberal.

### **Políticas de enfrentamento**

Enfrentar o racismo e a discriminação exige conhecer as causas de sua produção e as formas pelas quais eles se perpetuam.

De forma pessoal ou institucional, torna-se cada vez mais fundamental o resgate da memória da história dos afro-descendentes, que se situa além da diáspora africana, bem como a reconstrução de uma identidade afro-brasileira. Essa resistência herdada das

senzalas e quilombos é responsável por uma consciência de africanidade, de pertença cultural, que se contrapõe à visão dos negros e negras pelo olhar da escravidão e do racismo.

Neste aspecto, a ação de diferentes movimentos de consciência negra e de direitos humanos torna cada vez mais explícitas a denúncia e desconstrução dos processos de perpetuação histórica do lugar social de exclusão da comunidade negra brasileira e da discriminação, pelo discurso da “igualdade constitucional de todos”. Céli Regina vai nos dizer que “os processos de exclusão têm trajetória inversa; quanto menos discursivamente definidos forem os excluídos, maior é a exclusão e mais tendenciosamente se constitui um discurso antidemocrático e, ao contrário, quanto mais definidos forem os excluídos, maior a tendência à democracia”.

Assim, desde as lutas de resistência à condição escrava, as lutas de libertação nacional do colonialismo por parte dos países africanos e os movimentos contemporâneos por igualdade de direitos e oportunidades, políticas públicas compensatórias, democratização das relações interétnicas, de respeito às diferenças culturais e de gênero devem constituir a agenda e programas das organizações não-governamentais, das ações de governo e das igrejas.

Isto implica dizer que as ações afirmativas estão ligadas a uma concepção de sociedade, a um projeto político de equidade social e de reparações de injustiças praticadas pelo

Estado e perpetuadas em sua forma de organização.

Assim, no contexto dessas lutas, o 16º Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em 1997, aprovou, por proposta da Comissão Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, uma política de cotas para negros e negras em nossas Escolas, como resgate de uma dívida histórica e a favor da formação de lideranças sociais.

Neste contexto, o Centro Universitário Metodista IPA tem desenvolvido ações que se constituem em referência para as demais instituições educacionais de nossa organização religiosa.

Se, para a tradição wesleyana, a Igreja deve sempre exercer uma forte influência ética sobre o Estado e a sociedade, então a inclusão social deve superar a linearidade da dicotomia inclusão X exclusão. Em uma sociedade discriminadora, as instituições sociais, incluindo as igrejas e suas instituições, precisam ser confrontadas com projetos teológicos, missiológicos e educacionais que propugnem, também, por mudanças estruturais na própria Igreja e na sociedade.

### Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.  
IBASE. Dados da realidade: projeto negro. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.  
IBGE. Cor da População: Síntese de 1982-1990. Departamento de emprego e rendimento. Rio de Janeiro. IBGE.  
KLAIBER, Walter, MARQUARDT, Manfred. Viver a Graça de Deus – Um Compêndio de Teologia Metodista. São Bernardo do Campo – SP, Editeo, 1999.

ROSA, Luiz Vergílio Batista da, Exclusão Étnica: Uma face do fracasso escolar – A exclusão de adolescentes negros, na perspectiva de aproximação de pressupostos teóricos de inclusão: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado) – PPGE, Faculdade de Educação, UFRGS, 2001.

SARDAR, Zia, NANDY, Ashis e DAVIES, Win. Bárbaros são os outros. Trad. Ana Barradas. Lisboa, Edições Dinossauro, 1996.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna, Tradução do Grupo de Estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUC. Petrópolis, Vozes, 1995.

GEERTZ, Cliford. A Interpretação das Culturas. RJ, Ed. CLT, 1987.

### Notas

1 Bispo da Igreja Metodista, Mestre em Educação.

2 Segundo Thompson (1999), o capital humano é aquilo que o indivíduo é, enquanto membro de uma estrutura social onde age e interage. Isso equivale a dizer que à desapropriação da pessoa do seu capital humano junta-se a negação de sua própria condição humana.

3 O termo raça tem sido usado, historicamente, para descrever e distinguir a população humana com base em traços de diferenciação bio-fenótica. O uso dessa expressão, geralmente, confunde-se com o uso do termo “etnia”, embora, tecnicamente, possam ser empregados de forma diferenciada. Já a expressão “etnia” está relacionada às referências culturais e aos valores de determinado grupo, ainda que a presença de elementos de natureza biológica seja considerada.

4 Em termos do conceito genérico de representações sociais, BRAGA (2000) toma-as como noções abstratas que se formam como reflexo do real, como correspondência a algo realmente existente, sendo desta forma, facilmente naturalizadas ou naturalizáveis. As representações também são tomadas como noções que se estabelecem discursivamente, como uma forma de construção política, como instituidoras de significados e conectadas às relações de poder. Neste sentido, elas são mutantes, não fixas, e não expressam, nas suas transformações, aproximações com o considerado correto, verdadeiro, melhor.

5 Ver KALIBER, Walter e MARQUARDT, Manfred Viver a Esperança de Deus, 1999, p. 404-407.